

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

AGRAVANTE : UNIÃO

AGRAVADO : IVANISE MARINHO QUEIROZ BARROS

ADVOGADOS : LUIZ ROBERTO BARROS FARIAS - AL008740

**RODRIGO ARAUJO CAMPOS E OUTRO(S) -
AL008544**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRADO INTERNO NO AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PROCEDÊNCIA. ACÓRDÃO DO TCU. RECURSO ESPECIAL QUE VEICULA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 20, CAPUT E §§ 3º. E 4º., 26 E 125, I DO CPC/1973. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA RESTABELECER A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. A POSTERIOR ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO DO TCU EM EXECUÇÃO, PELA VIA RECURSAL ADMINISTRATIVA, DEVE ENSEJAR A RESPONSABILIZAÇÃO SUCUMBENCIAL DA UNIÃO, PORQUANTO DEU CAUSA À DEMANDA, EM ESPECIAL, POR NÃO HAVER RECONHECIDO DESDE LOGO, O VÍCIO QUE ENSEJOU A POSTERIOR ANULAÇÃO DO REFERIDO TÍTULO EXECUTIVO. HIPÓTESE ASSEMELHADA AOS CASOS JULGADOS POR ESTE STJ QUE ENSEJARAM A FORMULAÇÃO DA SÚMULA 153/STJ, SEGUNDO A QUAL A *DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO FISCAL, APÓS O OFERECIMENTO DOS EMBARGOS, NÃO EXIME O EXEQUENTE DOS ENCARGOS DA SUCUMBÊNCIA*. AGRADO INTERNO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Ajuizada a execução fiscal de acórdão do TCU, sua posterior anulação administrativa que causou a procedência dos embargos à execução é circunstância capaz de ensejar a responsabilidade pela verba sucumbencial, dado o princípio da causalidade.

2. Hipótese semelhante àquela regradada pela Súmula 153/STJ, segundo a qual *a desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exequente dos encargos da sucumbência*.

3. Agrado Interno da UNIÃO a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019
Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr.
Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

